



CARTA ABERTA À JUSTIÇA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

À Sua Excelência o Presidente da República de São Tomé e Príncipe
Eng.º Carlos Vila Nova

Ao Senhor Procurador-Geral da República de São Tomé e Príncipe

Aos Candidatos à Presidente da Republicade São Tomé e Príncipe em 2026

Assunto: O assassinato do Dr. Jorge Pereira dos Santos – Oito anos de espera por Justiça

Excelências,

Peço desculpa por voltar a dirigir-vos uma carta aberta sobre o mesmo assunto, o cruel Assassinato do Dr Jorge Pereira dos Santos. Faço-o porque o silêncio das instituições obriga-me a insistir.

Venho por este meio, insisto, para despertar a atenção dos responsáveis políticos, em particular de Vossa Excelência, Senhor Presidente da República Eng. Carlos Manuel Vila Nova, do Senhor Procurador-Geral da República Dr. Carlos Olímpio Stock e dos Senhores candidatos ao mais alto cargo da Nação, no que concerne o dossê do processo do assassinato do economista **Dr. Jorge Pereira dos Santos**, conhecido por muitos santomenses como **Barboy**.

O Dr. Jorge Pereira dos Santos dedicou grande parte da sua vida ao serviço de São Tomé e Príncipe. Foi Diretor do Plano, Assessor Económico e Diretor Executivo da Zona de Desenvolvimento Conjunto entre São Tomé e Príncipe e a Nigéria. Serviu sucessivos governos sempre com competência, dedicação e patriotismo. É profundamente doloroso que um homem que tanto contribuiu para o seu país tenha sido assassinado de forma tão cruel e que, passados oito anos, o Estado continue sem apresentar respostas convincentes à sua família.

No dia **15 de junho de 2022**, dirigi a minha primeira carta aberta às mais altas autoridades da República, apelando para que fosse feita justiça. Infelizmente, até hoje, essa carta nunca

recebeu qualquer resposta. O silêncio institucional apenas aumentou a dor da nossa família e reforçou o sentimento de abandono perante um crime de extrema gravidade.

O meu irmão foi brutalmente assassinado na madrugada de **2 para 3 de junho de 2018**, na sua própria residência, em plena cidade de São Tomé. Segundo os elementos conhecidos pela família, foi violentamente espancado e submetido a atos de extrema violência que levou a sua morte (ver o dossier do processo com as fotos confirmando o facto bárbaro e atroz a que me refiro). As imagens do seu corpo falam por si e testemunham a barbaridade do crime.

No dia 5 de junho de 2018, quando o corpo foi descoberto, a investigação foi entregue ao inspetor da Polícia Judiciária conhecido por **Poitier ("Calulu Preto")**. Diversas pessoas foram interrogadas, inclusive a empregada doméstica do malogrado, Marilene Soares Dos Santos Mandinga, considerada pela investigação como uma das pessoas inicialmente suspeitas.

Poucos dias depois, uma equipa da Polícia Judiciária portuguesa deslocou-se a São Tomé e Príncipe para colaborar nas investigações. Na altura, o Diretor da Polícia Judiciária tranquilizou a família, afirmando que todos os meios seriam mobilizados para identificar os autores do crime.

No entanto, ao longo dos anos começaram a surgir factos profundamente inquietantes.

A família foi informada de que determinados elementos recolhidos pela PJ desapareceram do dossier. Entre esses elementos encontravam-se, alegadamente, cabelos encontrados nas mãos da vítima, que poderiam ser relevantes para a identificação dos agressores. Também foi referido, na época, que existiriam imagens de videovigilância recolhidas nas imediações da residência.

A família nunca recebeu uma explicação convincente sobre o destino desses elementos nem sobre as diligências efetuadas para esclarecer o crime.

Desde **2019**, o processo foi seguido pelo **Dr. Guilherme Posser**, que assegurou a representação jurídica da família até **2022**. Infelizmente, durante esse período, a investigação não registou nenhum progresso concreto. O processo permaneceu praticamente estagnado, sem resultados significativos na identificação e responsabilização dos autores deste crime hediondo.

Perante a ausência de avanços e a persistente inércia da investigação, decidi, em **2022**, constituir uma nova equipa de advogados, chefiada pelo **Dr. Carlos Semedo**, com a missão de requerer a reabertura do processo e impulsionar novas diligências investigatórias.

Entretanto, em **25 de novembro de 2022**, São Tomé e Príncipe voltou a ser abalado por um ato de extrema violência ocorrido no quartel militar, onde quatro cidadãos perderam a vida após terem sido brutalmente espancados.

Esse episódio chocou profundamente a sociedade santomense e despertou na nossa família uma dolorosa recordação do assassinato do Dr. Jorge Pereira dos Santos. Em ambos os casos, as vítimas foram submetidas a agressões físicas de extrema violência antes de perderem a vida. As circunstâncias conhecidas sugerem semelhanças quanto ao **modus operandi**, facto que, no entendimento da família, justificaria um escrutínio ainda mais rigoroso por parte das autoridades competentes.

Importa igualmente recordar que estes dois crimes ocorreram durante os mandatos do **Sr. Patrice Trovada** como Primeiro-Ministro. Ao longo desses mandatos, os respetivos processos relativos a estes crimes hediondos não registaram os avanços que a gravidade dos factos exigia. Passaram-se anos sem que as famílias das vítimas obtivessem respostas

satisfatórias ou vissem progressos significativos na investigação e na responsabilização dos autores.

Em 2024 fomos informados de que o processo relativo ao assassinato de Jorge Santos tinha sido arquivado e que o respetivo dossier já não se encontrava no Ministério Público.

Perante esta situação, somos obrigados a colocar perguntas legítimas:

- Porque foi arquivado o processo?
- Quais foram os fundamentos jurídicos em que se basearam para arquivarem o processo?
- Em que estado se encontra hoje o processo?
- Como desapareceram documentos ou elementos importantes da investigação?
- Quem responde por essas ocorrências?
- Porque razão, passados oito anos, ninguém foi acusado ou levado a julgamento?

Estas perguntas continuam sem resposta.

Após várias deslocações a São Tomé e inúmeros esforços desenvolvidos pela defesa, o processo acabou por ser reaberto em 2024.

Contudo, apesar dessa decisão, muito pouco foi feito para identificar os autores deste crime hediondo. A investigação continua praticamente estagnada, enquanto a família permanece à espera de respostas.

Realço igualmente que, em 2022, escrevi diretamente ao Presidente da República Eng. Carlos Vila Nova e mais alto Magistrado da Nação, bem como ao então Procurador-Geral da República, Dr. Kelve Nobre de Carvalho.

Passados quatro anos desde essa carta — e oito anos desde o crime — continuo sem qualquer resposta institucional.

A nossa família não procura privilégios. Não procura vingança. Não procura perseguições.

Procura apenas aquilo que qualquer cidadão tem o direito de exigir num Estado de Direito: **Verdade, Justiça e Responsabilidade.**

Por isso, volto a dirigir-me às mais altas autoridades da República e senhores Candidatos à Presidente da Republicade São Tomé e Príncipe em 2026,

Ainda há tempo para demonstrar aos santomenses que ninguém está acima da lei.

Ainda há tempo para restaurar a confiança dos cidadãos na Justiça.

Ainda há tempo para esclarecer este crime e responsabilizar os seus autores.

Em nome da memória de Jorge Pereira dos Santos, da dignidade da nossa família e do respeito devido a todos os cidadãos santomenses, peço que este processo seja tratado com a seriedade, independência e determinação que merece.

A justiça tardia já representa um enorme sofrimento.

Mas a ausência total de justiça é ainda mais devastadora.

Enquanto houver vida, continuarei a exigir que a morte do meu irmão não seja esquecida.

Porque um país que esquece os seus mortos e abandona as suas vítimas nunca poderá construir uma verdadeira justiça.

Armando Pereira dos Santos

Cidadão santomense

Residente no Reino Unido